



Associação
Brasileira
de Municípios

REGIME DE COLABORAÇÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Três questões sobre o tema

Adinan Ortolan

- Entidade criada em 1946, com apoio de técnicos do Governo Federal, no contexto pós-Estado Novo.
- Primeira entidade municipalista da América Latina.
- Diretoria formada por prefeitos e representantes de 56 municípios de 26 Estados da Federação e de todos os partidos políticos. Ary Vanazzi (RS) presidente nacional.
- Trabalho em parceria com a União Europeia para a Agenda Urbana 2030 de Desenvolvimento Sustentável.



Associação
Brasileira
de Municípios



TRÊS QUESTÕES SOBRE O TEMA:



Associação
Brasileira
de Municípios

1. O papel do MEC
2. O gasto explosivo com pessoal
3. ICMS Educacional



1. O papel do MEC



Associação
Brasileira
de Municípios

- **Historicamente grande indutor das políticas públicas educacionais.**
- **Ausência do MEC na definição das políticas públicas educacionais:**
 - Caso da aprovação do FUNDEB
 - Interrupção e retorno das aulas presenciais
 - Questão da definição do piso nacional dos professores

2. Gasto explosivo com pessoal

- Média de 75% dos recursos do FUNDEB são utilizados para pagamento de professores.
- Questão dos planos de carreira: ampliação excessiva por tempo de serviço em detrimento a fatores de produtividade provoca salários baixos no início da carreira e maiores no final da carreira e na aposentadoria.
- Melhoria na gestão da atribuição de aulas: formação das turmas e deslocamento de docentes para funções de gestão entre outros.



Relação matrículas x docentes

(Dados do Censo Escolar – INEP)

	Matriculas	Docentes	Relação
2007	46.458.311	1.561.834	30,7
2010	43.754.399	1.786.103	24,5
2018	39.049.540	1.866.219	20,9



Associação
Brasileira
de Municípios



Associação
Brasileira
de Municípios

ICMS Educacional

EC 108/2020 altera o artigo 158 da CF. 10% do ICMS será distribuído de acordo com os seguintes critérios:

- **Melhoria dos resultados da aprendizagem**
- **Aumento da equidade, considerando nível socioeconômico dos alunos.**

**Prazo para aprovação da ALESP –
26/08/22.**

**Valor de redistribuição – R\$ 4
bilhões/ano.**

**Atualmente tramitando a PL 216/2021 do
Dep. Daniel José que cria o IQEM e
chega a 18% do ICMS (5,5 bi).**